

DIREITO CIVIL - PESSOAS E BENS

1. A respeito do domicílio, considere:

I. Em regra, não se exige que a pessoa natural possua ânimo de permanecer definitivamente em uma residência para que esta seja considerada seu domicílio.

II. A pessoa jurídica de direito privado, possuindo diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

III. Considera-se domicílio do preso o último lugar em que residiu antes da prisão.

IV. Considera-se domicílio do marítimo o lugar onde o navio estiver matriculado.

Está CORRETO o que consta em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

2. A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

A) mesmo com expressa previsão estatutária, as associações não podem ter finalidade econômica.

B) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

C) o registro do ato constitutivo das organizações religiosas depende de autorização do poder público.

D) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início efetivo de suas atividades ao público.

3. Assinale a alternativa em que **NENHUM** ente mencionado possui personalidade jurídica:

A) a família, o espólio e o condomínio.

B) a fundação, o espólio e a família.

C) a organização religiosa, a família e o partido político.

D) o espólio, a associação e o condomínio.

4. João (locador) e José (locatário), plenamente capazes, celebraram contrato de locação de imóvel por um ano sem qualquer garantia, estipulando que o prazo para cobrança de aluguéis atrasados seria de quinze anos. Quanto à cláusula contratual

A) é válida, porque o Código Civil admite a majoração e a renúncia antecipada à prescrição, desde que feita de maneira expressa.

B) é válida, porque os prazos de prescrição podem ser alterados por acordos das partes, mas não pode ocorrer renúncia antecipada à prescrição.

C) é inválida, porque os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

D) é inválida, porque os prazos de prescrição só podem ser alterados no máximo até 10 anos.

5. De acordo com o Código Civil, os menores de dezesseis anos:

A) possuem personalidade desde a concepção, adquirem capacidade para praticar os atos da vida civil, embora devam fazê-lo por meio de representação.

B) possuem personalidade desde o nascimento com vida, mas são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

C) possuem personalidade desde a concepção e, com o nascimento com vida, adquirem capacidade para praticar os atos da vida civil, embora devam fazê-lo por meio de assistência.

D) possuem personalidade desde o nascimento com vida, mas são

relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

6. Quanto ao ato de disposição do corpo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a transplante médico ou intervenção cirúrgica;

B) Não é defeso a Paulo, maior de 18 anos, tatuar o nome da namorada no braço porque não afeta a integridade física nem os bons costumes;

C) É defeso a Fábio, médico do pronto socorro, fazer uma cirurgia em Fabrício, acidentado em batida de trânsito, na qual sofreu fratura exposta na perna direita, uma vez que Fabrício poderá perder a perna, causando diminuição permanente da integridade física;

D) A diminuição permanente da integridade física é permitida para fins de transplante conforme a legislação especial

7. Quanto aos bens, assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) A praia do Forte na Cidade de Cabo Frio – RJ é um bem público de uso comum do povo, uma vez que qualquer pessoa pode utilizar a praia;

B) O prédio da Prefeitura de Ribeirão Preto é um bem público de uso comum do povo, uma vez que qualquer um pode entrar no prédio por ser do povo;

C) Os bens públicos dominicais podem ser alienados;

D) Os bens públicos dominicais não podem ser usucapidos

8. Quanto aos direitos da personalidade é **ERRADO**:

A) São intransmissíveis;

B) São irrenunciáveis

C) São transmissíveis por meio de contrato;

D) Não podem o seu exercício sofrer limitação voluntária.

DIREITO PENAL - TEORIA GERAL

9. I - De acordo com o princípio da fragmentariedade, o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem (física ou psicologicamente) os condenados por sentença transitada em julgado;

II - O princípio da fragmentariedade mostra que apenas uma pequena parcela de bens jurídicos, aqueles mais importantes e necessários ao convívio em sociedade, será protegida na aplicação do direito penal, interpretado como ultima *ratio*, limitando à tutela das violações de maior ofensividade;

III - O princípio da especialidade consiste na aplicação da lei genérica em prejuízo da lei específica, uma vez que promove maior proteção das garantias individuais;

IV - O princípio da fragmentariedade consiste na aplicação da norma penal secundária em prejuízo da norma penal principal aplicável ao caso concreto.

Estão **CORRETAS**:

A) II.

B) I, II e IV.

C) Apenas a alternativa III.

D) Todas são corretas.

10. I - De acordo com o Código Penal, não há crime se este for praticado por agente em situação de estado de necessidade, assim considerado aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repela injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

II - O estado de necessidade pode ser próprio, quando a ameaça for a direito próprio, ou de terceiro, quando a ameaça for a direito de terceiro. Nesse caso, é necessária a prévia autorização do titular do direito ameaçado para que a ilicitude da conduta seja excluída.

III - O elemento distintivo entre dolo eventual e culpa consciente é a capacidade de representação das consequências da ação.

IV - É comum que moradores coloquem cacos de vidros no muro, para se defender da ação de terceiros. O problema é que os cacos de vidro podem, eventualmente, causar lesão a terceiros inocentes. Imagine a hipótese em que uma criança, brincando nas proximidades da propriedade defendida com cacos de vidro, venha a pular o muro da casa protegida para pegar, inocentemente, a bola com que brincava e lá dentro havia caído. Caso a criança se lesione com o caco de vidro, o proprietário não realiza qualquer conduta típica, com base em causa excludente de ilicitude exercício regular do direito.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- A) As alternativas I e IV desenvolvem corretamente o conteúdo relativo às causas excludentes de ilicitude;
- B) Apenas a alternativa IV apresenta conteúdo correto;
- C) II, III e IV estão corretas;
- D) I, II e IV desenvolvem corretamente o conteúdo relativo às causas excludentes da ilicitude.

11. Dentre os crimes que admitem a modalidade tentada, encontram-se:

- A) Os dolosos e os preterdolosos.
- B) Os dolosos, os preterdolosos e os habituais.
- C) Apenas os culposos.
- D) Apenas os dolosos.

DIREITO ROMANO

12. Qual das seguintes figuras **NÃO** é modo originário de aquisição da propriedade:

- A) avulsão.
- B) aluvião.
- C) *traditio*.
- D) álveo abandonado.

DIREITOS HUMANOS

13. É correto afirmar, sobre as previsões contidas na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, que:

- A) está garantido o direito à educação, com o ensino básico obrigatório e gratuito, com acesso ao ensino superior de acordo com o mérito.
- B) estão previstos direitos sociais ligados ao trabalho e à previdência social, como jornada de trabalho não superior a 8 horas diárias.
- C) estão proclamados, como marco do direito internacional dos direitos humanos, os valores liberdade, igualdade e fraternidade.
- D) os direitos de liberdade previstos são relativos, apenas, à esfera civil.

14. Quais das características abaixo podem ser consideradas como fundamentais dos direitos humanos?

- A) Relativização, imprescritibilidade e indisponibilidade.
- B) Prescritibilidade, relatividade e indivisibilidade
- C) Universalidade, indivisibilidade e indisponibilidade
- D) Alienabilidade, universalidade e irrenunciabilidade.

15. Considere a seguinte afirmação: *“Do mesmo modo que não podemos separar os _____ dos _____, tampouco devemos entender os direitos à margem das condições políticas e institucionais que sirvam para sua efetiva implementação e garantia. Para nós, é muito importante reivindicar a interconexão entre a igualdade e a liberdade: sem condições materiais de exercício será completamente impossível colocar em prática a liberdade. Mas, ao mesmo tempo, sem condições políticas e institucionais comprometidas com uma concepção positiva de liberdade, a consecução da igualdade se afasta como o horizonte.”* (In.: FLORES, Joaquim Herrera. A reinvenção dos direitos humanos. Entrevista concedida a José Geraldo de Sousa Junior para Constituição e Justiça. Brasília: UNB, n. 23, junho de 2008).

Assinale a alternativa cujo termo preenche, **CORRETAMENTE**, as lacunas do texto acima.

- A) liberdade e igualdade;
- B) dignidade e universalidade;
- C) direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos;
- D) direitos individuais e direitos coletivos.

16. Considere a seguinte afirmação: *“Desde uma perspectiva histórica, comumente identifica-se o surgimento da _____ e a promulgação da _____ como marcos referenciais para a afirmação do direito internacional dos direitos humanos enquanto resposta ao totalitarismos que atingiu as últimas consequências nas duas grandes guerras”.* (In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017).

Assinale a alternativa cujo termo preenche, **CORRETAMENTE**, as lacunas do texto acima.

- A) Organização das Nações Unidas e Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- B) Corte Internacional de Justiça e Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio;
- C) Organização das Nações Unidas e Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio;
- D) Corte Internacional de Justiça e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

17. Considere a seguinte afirmação: *“Por _____ dos direitos humanos entende-se, portanto, o processo social de mobilização política voltado à denúncia ou à efetivação de direitos sonegados e violados”.* (In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017).

Assinale a alternativa cujo termo preenche, **CORRETAMENTE**, a lacuna do texto acima.

- A) Inalienabilidade;
- B) Alienabilidade;
- C) Exigibilidade;
- D) Irrenunciabilidade.

18. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os direitos à memória e à verdade não pode ser considerado um direito humano, já que é legítimo, para determinados grupos, o exercício do direito ao esquecimento.
- B) o direito à memória envolve o direito à promoção de apuração e de esclarecimento público das violações de

Direitos Humanos praticadas em contextos de repressão política.

C) o direito à memória e à verdade histórica devem ser relativizados em face dos direitos humanos individuais e do objetivo de promoção da reconciliação nacional em países que passaram por regimes de repressão política.

D) Políticas de incentivo à preservação da memória histórica e da construção pública da verdade sobre períodos autoritários são incompatíveis com os valores de um Estado Democrático de Direito.

19. Acerca dos tratados internacionais em direitos humanos sobre discriminação racial, contra as mulheres e contra pessoas com deficiência:

I - A expressão "discriminação racial" significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

II - A expressão "discriminação contra a mulher" significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

III - Discriminação por motivo de deficiência" significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o

exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

Considerando as frases acima:

A) Todas estão corretas.

B) Apenas I e II estão corretas.

C) Todas estão incorretas.

D) Apenas I e III estão corretas.

20. Acerca do que dispõe a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma seguir e assinale alternativa com a sequência **CORRETA**.

I - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

II - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

III - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

IV - É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal

A) V - F - V - V

B) F - V - F - F

C) F - V - V - V

D) V - V - V - V

21. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, durante o processo judicial, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas, **EXCETO**:

A) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do júízo ou tribunal;

B) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada;

C) direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos;

D) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha, em caráter gratuito, e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.

22. Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres a serem assegurados. A frase faz referência ao conceito de:

A) direitos fundamentais

B) dignidade da pessoa humana

C) liberdade, igualdade e fraternidade

D) solidariedade entre os povos

ECONOMIA POLÍTICA

23. No que se refere à temática Economia e Escassez, pode-se afirmar que:

A) A filosofia, muito antes de ser desenvolvida a economia como ciência, já estudava a relação entre escassez e decisão dos indivíduos.

B) Os economistas buscam, unicamente, desenvolver teorias para influenciar a escolha dos indivíduos em estado de escassez.

C) Atualmente, a economia não estuda a questão da escassez, pois com os avanços tecnológicos, não há mais escassez no mundo, apenas má distribuição.

D) Apenas indivíduos enfrentam situações de escassez, pois os Estados possuem recursos e possibilidades infinitas; não sendo objeto de estudo da economia a escolha realizada por Estados em cenários de escassez.

24. Aponte em que alternativa **NÃO** há apenas fatores de produção arrolados:

A) recursos renováveis, profissionais liberais, capital.

B) instituições políticas, trabalho qualificado, capital.

C) terra, trabalho não qualificado, capital.

D) terra, mão-de-obra, capital.

25. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Para compreender o sentido de custo oportunidade, deve-se ter como pressuposto que os fatores de produção são limitados, ou seja, quando se escolhe os fatores de produção, perde-se a capacidade de utilizá-los para outro fim.

B) Os economistas denominam o benefício de uma decisão como benefício marginal. Esse benefício marginal pode ser medido em reais ou *utils*. *Utils* designam a quantidade de utilidade ou felicidade que você obtém por fazer algo. E, podem facilmente ser convertidos em reais.

C) O custo marginal é um conceito correlato, ou seja, é simplesmente o que custa para produzir ou consumir uma unidade extra de qualquer coisa que você esteja produzindo ou consumindo.

D) Você produzirá ou consumirá quando o benefício marginal for igual ou inferior ao custo marginal.

26. Marque a alternativa **CORRETA** no que se refere às teorias do comércio:

A) O mercantilismo dominou a economia comercial europeia nos séculos XIX e XX.

B) O mercantilismo pautava-se no aumento de trocas entre países no âmbito do comércio internacional, não se considerando a balança comercial, mas apenas o número de trocas realizadas em termos numéricos.

C) No mercantilismo, quanto mais ouro um país acumulava, mais rico ele ficava. Assim, os países competiam para importar recursos naturais baratos e depois convertê-los em produtos manufaturados mais caros para exportação.

D) É fácil perceber que os países da Europa estavam ansiosos para competir entre si e com as Américas recém-descobertas e repletas de recursos.

27. Indique a alternativa **CORRETA** no que se refere à vantagem absoluta e comparativa:

A) Uma vantagem absoluta existe se você puder produzir um bem a um custo de oportunidade menor do que qualquer outra pessoa.

B) Uma vantagem absoluta existe se você puder produzir mais de um bem ou serviço do que qualquer outro.

C) Uma vantagem comparativa implica que você é mais eficiente, ou seja, capaz de produzir mais com a mesma quantidade de recursos.

D) Uma vantagem absoluta implica que você é mais eficiente, ou seja, capaz de produzir mais com a mesma quantidade de recursos.

FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

28. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Sócrates, Platão e Aristóteles são autores da filosofia grega antiga clássica.

B) Tomás de Aquino e Agostinho são autores da filosofia e da teologia cristãs medievais.

C) Kant e Rousseau são filósofos modernos, representantes do contratualismo.

D) Hobbes e Montesquieu são filósofos políticos do século XX.

29. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com relação à obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles:

A) A parte sensitiva da alma, responsável pelas sensações, apetites e movimento, é comum a humanos e aos demais seres vivos. A intelectiva é a parte racional da alma, e é exclusiva do humano, entre os animais.

B) A parte sensitiva da alma abriga os desejos, os sentimentos, as paixões, as sensações e o princípio de todo movimento do ser vivo. Uma das funções da alma sensitiva é a sensação (aisthêsis).

C) Pode-se dizer que, no humano, apenas e exclusivamente a parte apetitiva da alma participa da ação, enquanto a parte racional não participa da deliberação e da ação, porque apenas atine à vida teórica, não prática, da vida humana.

D) A capacidade nutritiva e a sensitiva não bastam para explicar a vida do homem, que requer ainda a introdução de um princípio que ele não comparte

com os restantes seres vivos e cuja presença torna-o especificamente humano: a parte da alma que tem a razão, responsável pelo pensamento (sua função própria é o pensar: *dianoia*) e todas as operações a ele ligadas.

30. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) Aristóteles foi discípulo de Platão, que por sua vez foi discípulo de Sócrates.

B) Tomás de Aquino teve grande importância na recepção da obra de Aristóteles na cultura filosófica medieval.

C) Marx é um dos maiores críticos do pensamento iluminista.

D) Locke é um dos maiores críticos do pensamento marxista.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com relação à obra de Kant:

A) O homem se diferencia do animal por ser dotado de razão. Disso decorre que o homem deve ser tratado como um fim em si mesmo. Portanto estão proibidas a escravização, a compra e a venda ou qualquer forma de instrumentalização dos homens.

B) O dever é o fundamento principal da ação moral, ainda que o sujeito sinta amor, ódio, e outras afecções da alma, não há fundamento patético (de *pathos* = paixão) para a ação moralmente boa.

C) O homem se distingue dos animais por ser racional. Por ter a capacidade de agir pelo dever, o homem consegue eliminar/retirar todas as emoções do seu corpo e não mais senti-las. Portanto o sujeito que age moralmente, não tem, no momento da ação, mais nenhuma inclinação, nenhum sentimento.

D) O fundamento do conceito jurídico de pessoa se dá na capacidade do sujeito atuar tendo a si mesmo, enquanto ser racional, enquanto princípio de suas ações (*causa libera*).

32. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à obra de Santo Tomás de Aquino:

A) Para Santo Tomás de Aquino, a lei natural é o modo de estar a lei eterna no homem.

B) Santo Tomás explica que a lei natural está no homem de duas maneiras: como um princípio regulador e mensurante, e como regulado e medido.

C) Para Santo Tomás de Aquino, a inclinação natural para a própria plenitude é uma inclinação puramente egoísta.

D) Santo Tomás de Aquino foi um dos mais importantes intérpretes de Aristóteles da história da filosofia ocidental.

33. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) Os sofistas, por variadas doutrinas, promoveram a guinada do pensamento da *physis* (natureza) e do cosmos para as questões humanas.

B) O sofistas não valorizavam a dialética e a retórica.

C) De acordo com a interpretação dominante, Protágoras prega o relativismo de conhecimento, no axioma "o homem é a medida de todas as coisas".

D) Os sofistas foram responsáveis pela crítica radical de saberes arraigados na sociedade grega e pelo abalo de antigas concepções acerca do homem, da religião, da linguagem e da virtude. Por isso eram objeto, ao mesmo tempo, de grande admiração e desconfiança da parte de seus contemporâneos.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) A dicotomia entre direito natural e do direito convencional era importante tema de Antifonte, sofista ateniense do século V a.C, e contemporâneo de Sócrates.

B) Os sofistas, em razão da grande importância que davam à retórica, não tiveram qualquer importância na história da filosofia.

C) Dominar a retórica sofisticada mostrava-se como uma importante habilidade para os cidadãos atenienses, pois garantia maior visibilidade nos debates públicos da ágora.

D) Conceitos como “bem”, “mal”, “verdade” e “justo”, para Protágoras, estavam condicionados à utilidade e conveniência de um determinado momento.

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia grega clássica:

A) Sócrates recusou-se a fugir de Atenas quando condenado à morte. Uma das razões que levou o pensador a agir desse modo foi a consciência de que, como fugitivo, perderia sua honra e virtude, posto que a virtude de um sujeito está em agir conforme a lei, ainda que não concorde com os preceitos desta.

B) Felicidade, para Sócrates, não corresponde à satisfação dos desejos instintivos e das paixões humanas.

C) Na dialética que forjava com seus interlocutores, Sócrates se valia de artifícios argumentativos para demonstrar a falsidade de teses daqueles com quem debatia.

D) O método socrático tinha como principal objetivo a construção de um conhecimento lógico, absoluto e estável, com resposta a questionamentos como “o que é a justiça?”, sendo que sua função educativa e ética eram relegadas a segundo plano, uma vez que Sócrates não se preocupava em contribuir para com o aprimoramento ético e político da cidade em que vivia.

36. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com respeito à filosofia de Platão:

A) De acordo com Platão, o bom político é o filósofo, que por conhecer e contemplar as ideias, age virtuosamente na construção e no governo da cidade, com base sempre nos valores da justiça e do bem.

B) Para Platão, justiça é o agir do homem segundo a melhor aptidão de sua alma, bem como o melhor agir do cidadão na função que lhe compete dentro da cidade.

C) Na doutrina platônica, as virtudes de um homem e de uma cidade não são correspondentes, visto que é possível ser um mau sujeito, porém um bom cidadão e vice-versa.

D) O Mito da Caverna ilustra a conversão do homem, cujo conhecimento resumia-se à dimensão sensível, para a vida e contemplação do mundo inteligível. Assim como o sol, que possibilita a visão clara do mundo exterior, a ideia do Bem é o princípio fundamentante que torna cognoscível todas as demais ideias.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

37. Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) a lei perde a eficácia desde que comprovado o seu desuso por um período de tempo superior a dez anos;

B) a lei ordinária só pode ser revogada, de modo parcial (derrogada) ou total (abrogada), por outra lei de natureza e hierarquia superiores;

C) quando um preceito de uma lei contraria uma nova ordem constitucional falta-lhe fundamento de existência e validade e, por isso, diz-se que ele não foi recepcionado;

D) na aplicação da lei sempre será possível a utilização da equidade.

38. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A) O Direito Positivo tem eficácia apenas para as comunidades políticas em que é posto e o Direito Natural tem pretensão de universalidade.

B) O Direito Natural, ao contrário do Direito Positivo, tem pretensão de imutabilidade.

C) O Direito Positivo é posto pelo Estado e não por uma força divina ou consequência lógica do pensamento racional.

D) O Direito Positivo estabelece aquilo que é “bom” ou “mau” e não o que é justo, como pretende o Direito Natural.

39. Segundo a Escola da Exegese francesa, que interpretou o Código Civil francês:

A) a lei não deve ser interpretada segundo os critérios valorativos do juiz, mas de acordo com a razão expressa na própria lei.

B) o legislador é onipotente deve basear-se sempre no direito consuetudinário, porque este expressa o verdadeiro espírito do povo.

C) a lei deve ser interpretada de forma a se aproximar dos valores sociais e das demandas populares urgentes.

D) o juiz é soberano para tomar suas decisões, desde que não violem os princípios de justiça e do direito natural.

40. A questão das lacunas no direito se relaciona diretamente com:

A) a validade das normas.

B) a completude do ordenamento.

C) a unidade e constituição do ordenamento.

D) a relação horizontal das normas dentro do ordenamento.

41. O que ocorre se duas normas jurídicas, da mesma hierarquia, sendo a mais antiga especial e a mais recente geral, conflitarem?

A) Será aplicada ao caso concreto a lei mais recente e geral, pois em caso de antinomia de uma lei antiga com uma lei mais nova aplica-se a mais recente;

B) No caso concreto o juiz deverá aplicar a jurisprudência pertinente;

C) Qualquer uma das duas poderá ser aplicada, já que o juiz tem discricionariedade para decidir no caso concreto;

D) Será aplicada a lei mais antiga e especial, pois neste caso deve prevalecer a lei especial, independentemente de seu tempo de vigência.

42. Denomina-se *vacatio legis*:

A) o período de tramitação da lei no Congresso Nacional.

B) o instituto de direito não regulamentado por lei.

C) o período de vigência da lei temporária.

D) o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.

43. No que consiste a zetética jurídica?

A) São as disciplinas dogmáticas como o Direito Civil, Comercial, Constitucional, etc.

B) Tratam de questões finitas e se baseia no princípio da inegabilidade dos pontos de partida.

C) Tem como característica fundamental a abertura constante para o questionamento.

D) São todas as disciplinas especificamente jurídicas.

44. Quando a letra da lei diz menos do que deveria, cabe uma interpretação:

- A) Declarativa.
- B) Restritiva.
- C) Extensiva.
- D) Analógica.

SOCIOLOGIA GERAL

45. Max Weber é autor que:

- A) estudou os fenômenos da consciência e da moral e procurou análise objetivista da sociedade;
- B) estudou os avanços da ética protestante e procurou associá-lo ao desenvolvimento do capitalismo;
- C) explorou o antagonismo de classes e os aplicou aos estudos da burocracia;
- D) procurou dar forma à escola positivista-organicista.

46. Algumas das alternativas abaixo é **CORRETA?**

- A) o objeto de estudos da Sociologia é exclusivamente o fato social;
- B) o objeto de estudos da Sociologia são os conflitos sociais;
- C) o objeto de estudos da Sociologia é a ação social;
- D) a compreensão do objeto de estudos da Sociologia é variável, conforme as diferentes escolas e percepções sociológicas.

47. Para Karl Marx:

- A) os elementos relativos à educação, à religião e ao direito são eminentemente componentes estruturais da sociedade;
- B) os elementos relativos à educação, à religião e ao direito são eminentemente componentes infraestruturais das sociedades;

C) os elementos relativos à educação, à religião e ao direito são eminentemente componentes superestruturais das sociedades;

D) nenhuma das alternativas anteriores.

48. Com base na leitura do texto seguinte, é correto afirmar:

“Consequentemente, a invenção de um novo senso comum emancipatório assente numa constelação de conhecimentos orientados para a solidariedade, tem de ser complementada pela invenção de subjetividades individuais e coletivas, capazes e desejosas de fazerem depender a sua prática social dessa mesma constelação de conhecimentos” (Santos, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 249).

- A) as subjetividades individuais e coletivas, associadas ao princípio da solidariedade, completam o sentido do novo senso comum emancipatório;
- B) a solidariedade é elemento dispensável na edificação de senso comum emancipatório desde que estejam presentes a reconstrução das subjetividades individuais e coletiva;
- C) o novo senso comum emancipatório proposto por Boaventura S. Santos é elemento capaz de reforçar os padrões de consumismo e de individualismo;
- D) nenhuma das alternativas anteriores.

49. Na obra *“A dominação masculina”*, Pierre Bourdieu, no tocante ao controle social e à violência:

- A) defende e justifica o patriarcado;
- B) defende e justifica o matriarcado;
- C) antepõe homens e mulheres em contínua guerra de supremacia de gênero;
- D) caracteriza os modos pelos quais são impostos determinados papéis sociais às

mulheres, mediante mecanismos de violência simbólica.

TEORIA DO DIREITO

50. São considerados autores importantes para a teoria do Direito Natural:

- A) Ronald Dworkin e Robert Alexy.
- B) Miguel Reale e Lourival Vilanova.
- C) Tomás de Aquino e Hugo Grócio.
- D) Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

51. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) direito positivo é aquele criado pelo Estado.
- B) o positivismo jurídico relaciona a validade da norma jurídica a partir de sua avaliação moral.
- C) o direito positivo busca necessariamente uma relação com a justiça.
- D) a imutabilidade é uma das características do direito positivo.

52. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) a teoria pura do direito de Hans Kelsen foi criada para complementar o jusnaturalismo, por propor um direito mais eficiente.
- B) segundo Kelsen, norma jurídica possui um caráter imperativo, como uma ordem.
- C) o sistema jurídico kelseniano é do tipo dinâmico, pois uma norma busca seu fundamento de validade em outra inferior.
- D) no topo da pirâmide normativa de Hans Kelsen encontra-se a norma fundamental, que é, na realidade, a Constituição Federal.

53. Para Ronald Dworkin:

A) não há uma clara hierarquia vertical entre princípios e regras, especialmente em razão das questões semânticas da linguagem.

B) o direito deve ser entendido como um “romance em cadeia”, no qual cada capítulo deve ser escrito por um autor diferente e deve se ajustar ao capítulo anterior.

C) a discricionariedade judicial é inerente ao ofício de julgar.

D) a Constituição jamais pode ser interpretada à luz da moral, uma vez que isso implicaria em insegurança jurídica.

TEORIA GERAL DO ESTADO

54. Para a maioria da doutrina em Teoria Geral de Estado, três componentes são essenciais para a definição da existência de um Estado, a saber:

- A) Território, povo e população;
- B) Território, soberania e autonomia;
- C) Soberania, autonomia e povo;
- D) Soberania, território e povo.

55. Os municípios são consideradas unidades federativas para a quase unânime doutrina jurídica brasileira desde a:

- A) Constituição de 1967;
- B) Constituição de 1946;
- C) Constituição de 1824;
- D) Constituição de 1988.

56. A República Presidencialista no Brasil foi adotada:

- A) Apenas na Constituição de 1988;
- B) Na Constituição de 1824, na Constituição de 1937 e na Constituição de 1988;

- C) Na Constituição de 1988, sem que houvesse qualquer possibilidade de alteração de forma ou sistema de governo;
- D) Nenhuma das anteriores.

57. As formas de participação popular intituladas como de democracia semi-direta, previstas pela Constituição de 1988, são:

- A) Iniciativa popular apenas no âmbito da União, sendo vedado o estabelecimento nos Estados membros, no Distrito Federal e nos Municípios, plebiscito e referendo;
- B) Iniciativa popular, plebiscito, referendo e recall;
- C) Iniciativa popular, apenas no âmbito da União e dos Estados Membros, sendo vedado o estabelecimento nos Municípios; plebiscito e referendo ;
- D) Iniciativa Popular, Plebiscito e Referendo.

58. Sobre o federalismo brasileiro, é incorreto afirmar que:

- A) São entes da federação a União, os Estados Membros, o Município e o Distrito Federal, havendo expressa previsão constitucional para a criação de territórios;
- B) Os entes da federação são dotados de autonomia e capacidade normativa própria;
- C) O Município faz parte da federação brasileira, e que pese não possuir representação no legislativo federal;
- D) O Poder Constituinte Originário não trouxe previsões para criação das Constituições Estaduais ou Leis Orgânicas Municipais.

59. Assinale a alternativa incorreta:

- A) Cidadão é um nacional que possui Direitos Políticos;

B) No Brasil é vedada a cassação de Direitos Políticos;

C) No Brasil, Brasileiro nato não pode ser extraditado;

D) No Brasil é vedada a suspensão de Direitos Políticos.

TEORIA POLÍTICA

60. *“As fronteiras de um país, mesmo as de um país tão grande como os Estados Unidos, tornaram-se menores que os limites das decisões que afetam significativamente os interesses fundamentais de seus cidadãos. A vida econômica, o meio-ambiente, a segurança nacional e a sobrevivência de um país são altamente e provavelmente cada vez mais dependentes de atores e ações que estão fora das fronteiras de um país, e não diretamente sujeitos ao seu governo.”* (Dahl, *A democratic dilemma: System effectiveness versus citizen participation*, 1994, p.26)

Pode-se verificar a partir do trecho acima transcrito que Robert Dahl considera:

A) a democracia nacional atingida pela ampliação das fronteiras, podendo ser, fortemente, impactada pela introdução de novas culturas capazes de desintegrarem espiritualmente o povo de um determinado Estado-nação.

B) o problema do alargamento das fronteiras políticas como um fenômeno que implica nova abordagem acerca da efetivação da democracia na contemporaneidade, devendo existir uma adaptação entre a democracia nacional e a democracia transnacional.

C) o problema da soberania como questão fundamental a ser enfrentado em um mundo globalizado, não se podendo afirmar que existe uma democracia transnacional.

D) o problema da diluição das fronteiras deve ser enfrentado sob a óptica nacionalista, devendo-se preservar a

manutenção do espírito do povo para a
preservação dos princípios da
democracia nacional.